

SE32. Quilombos, Meio Ambiente e Patrimônio

Coordenação: Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB) Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Sessão 1 - Quilombos e práticas patrimoniais

Participante(s): Alvatir Carolino da Silva (IFAM) Beatriz Accioly Vaz (Ministério Público Federal) Julie Antoinette Cavnac (UFRN)

Debatedor(a): Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Sessão 2 - Quilombos e conflitos ambientais e territoriais

Participante(s): Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB), Leslye Bombonato Ursini (INSTIT. DE TERRAS DO PIAUÍ/UnB), Rosinalda Correa Da Silva Simoni (UNESP)

Debatedor(a): Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Sessão 3 - Roda de Conversa - Panorama quilombola

Participante(s): Davi Pereira Junior (University of Texas at Austin), Givânia Maria da Silva (UnB), Raimundo Magno Cardoso Nascimento (UFPA)

Debatedor(a): Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB)

Resumo:

Tema caro à Antropologia, a indissociabilidade entre natureza e cultura perpassa a Constituição Federal de 1988 e pauta artigos voltados aos direitos das comunidades quilombolas e à manutenção de seus modos de vida. Malgrado a visão passadista das comunidades em questão, o texto constitucional pretende, na atualidade, conferir-lhes proteção nas dimensões territorial, ambiental e cultural, reconhecendo sua inseparabilidade. Em sentido inverso, porém, a legislação infraconstitucional e as normas infralegais que orientam práticas estatais apresentam zonas de superposição e lacunas que obliteram a premissa da indissociabilidade do meio ambiente natural e cultural. Em geral, quando não levam à inação do Estado, fomentam ações contraditórias no que tange à proteção do patrimônio das comunidades dos quilombos, com prejuízo dos direitos coletivos que a Constituição pretendeu conferir-lhes. Operando a disjunção entre natureza e cultura, portanto, conduzem a razão ambiental e a razão patrimonial a paradoxos frente aos quais as comunidades são instadas a 'negociar' alternativas à efetivação de direitos territoriais, culturais e ambientais. Neste simpósio, os comitês de Quilombos e de Patrimônios e Museus da ABA reúnem pesquisadores quilombolas e não quilombolas, alguns dos quais ligados a movimentos sociais, para discutir como tais paradoxos impactam as comunidades em conflitos ocorridos em diferentes regiões do Brasil.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

